

Derrubando os Muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro

TOLEDO, Luiz Carlos, SILVA, Jonathas Magalhães P. e TÂNGARI, Vera Regina

Resumo:

Esse trabalho descreve a proposta para elaboração do Plano Diretor da Rocinha, no Rio de Janeiro, baseado numa estratégia de participação popular e na seleção de uma área-piloto como estudo-piloto inicial. O trabalho descreve as características gerais do bairro, o arcabouço conceitual e as premissas a serem adotadas para o Plano, com base em três principais aspectos: participação comunitária e inclusão social; faseamento da intervenção a curto e médio prazos, e sustentabilidade nas etapas de implementação e avaliação. O trabalho ressalta a estratégia adotada para iniciar o processo: um estudo de caso considerado como área-piloto, dentro de um esforço de implementação a curto prazo, para ser posteriormente aplicado a toda comunidade.

1. Introdução

De acordo com as determinações do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é um instrumento importante para a derrubada de barreiras físicas, sociais e imagéticas que estigmatizam a discussão em torno das nossas cidades e da regulamentação de seus territórios de abrangência. Esse instrumento pode ser aplicado no estudo dos problemas de cidades e municípios como um todo, como também no equacionamento de partes da cidade: bairros e regiões.ⁱ

Sob esse ponto de vista foi desenvolvida a proposta para o Plano Diretor da Rocinha, um bairro estigmatizado e cercado por muralhas virtuais que o separam da cidade formal.

Tais barreiras, mais perceptíveis junto aos bairros vizinhos - Gávea e de São Conrado - devem ser derrubadas, estimulando a integração da Rocinha com o entorno através da ordenação urbanística, do respeito ao meio-ambiente e da opção pelo crescimento sustentável, valores que contribuirão para a construção de uma nova imagem da comunidade. (Figura 1)

Figura1 – Vista geral da Rocinha



2. O contexto local e as medidas propostas: derrubando os muros

O bairro da Rocinha está localizado entre as zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, junto a bairros de alta renda, como Gávea e São Conrado, e a setores de comércio muito ativos: centros comerciais, supermercados, lojas atacadistas, centros de entretenimento e lazer e também junto à praia.(Figura 2)

Administrativamente, o bairro está inserido na XXVIII Região Administrativa e incluído na Área de Planejamento-AP 2, ocupando cerca de 810.000 m².

Em relação ao tamanho da população, é difícil precisar os números corretos. A disparidade entre os dados do IBGE publicados no Censo de 2000 e os fornecidos pela Light e pelas Associações de Moradores não favorece o correto dimensionamento de qualquer programa para a melhoria das condições urbanísticas e socio-econômicas do bairro.

Segundo o Censo, vivem na Rocinha cerca de 50.000 pessoas em 16.000 domicílios. Segundo a Light e as Associações de Moradores, há entre 100.000 e 120.000 moradores. Em entrevistas recentes, líderes da comunidade dimensionaram a população em mais de 200.000 habitantes, estimativa baseada na existência de um permanente fluxo de migrantes, que seriam os principais responsáveis pelo adensamento e expansões horizontais mais recentes.

A população local é composta em sua maioria por trabalhadores formais empregados pelo comércio e em setores da construção civil, nos bairros da vizinhança e na própria comunidade.

Figura 2 – Rocinha e o bairro de São Conrado



2.1. Condições sócio-econômicas

Cercada por bairros de alto poder aquisitivo, a Rocinha ocupa a quarta pior posição do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (0,735), apresentando grande déficit de educação e saúde, além de renda domiciliar *per capita* predominantemente baixa. Segundo dados da pesquisa aplicada aos bairros cariocas para avaliar suas condições de vida, a Rocinha apresenta o mesmo quadro de outras regiões formadas unicamente por grandes complexos de favelas, como as Regiões Administrativas do Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão.ⁱⁱ

De forma diferente dessas favelas, entretanto, o bairro da Rocinha se destaca por estar circundada por bairros situados na Região Administrativa da Lagoa, segundo maior IDH da cidade.

Na área da educação, a Rocinha apresenta dados alarmantes: os piores índices de analfabetismo e escolaridade média entre os adultos. Na saúde, podemos citar o alto índice de problemas respiratórios e doenças de pele e, na habitação, um dos maiores índices de densidade por domicílio, apresentando o segundo maior percentual de pessoas que vivem em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório (38,50 %), superado apenas por Manguinhos (39,30%). Boa parte dos problemas relacionados à saúde e ao déficit de saneamento decorre da sua própria estrutura espacial muito densa, com espaços públicos exíguos, casas mal ventiladas e pouco iluminadas.

Apesar dessas situações adversas, “morar na Rocinha é muito bom”, na opinião de seus moradores. Mas custa caro!

Apesar de ser uma área com predomínio de baixa renda, a Rocinha está longe de ser um bolsão de pobreza, sendo mais rica que outros bairros da cidade que não são favelas.

Ela tem população equivalente a uma cidade de médio porte e um mercado consumidor gigantesco, ainda não totalmente explorado. Pode-se dizer que, da imobiliária à funerária, praticamente tudo se resolve sem precisar sair do bairro. Este, entre outros aspectos já citados, é que faz da Rocinha um lugar atraente para se viver.

A proposta do Plano Diretor vem de encontro a essa realidade, não com uma solução fechada, mas como um instrumento importante para eliminar as condições físicas, sociais e perceptivas adversas que estigmatizam e prejudicam o bairro. Essas condições poderão ser neutralizadas através da integração entre regulamentação urbanística, controle do meio-ambiente e parâmetros pactuados para seu crescimento sustentável, resultando em uma nova imagem urbana.

2.2. Aspectos culturais

A Rocinha apropria-se, com grande inventividade, de seu espaço urbano: largos, calçadas, becos e lajes são suportes para as mais diversas atividades, como acontece, por exemplo, com a encenação da Paixão de Cristo, hoje conhecida internacionalmente.

Comércio, diversão, arte e cultura dinamizam o ir-e-vir de seus habitantes. Concentrando-se em maior grau na área voltada para São Conrado, alguns equipamentos comunitários pontuam

as principais vias da Rocinha, como a Casa de Cultura, a Casa da Paz, as Associações de Moradores e os Centros Comunitários que abrigam ou coordenam grupos de dança, teatro, capoeira, judô etc.

As atividades dessas instituições tanto acontecem em espaços internos como podem se distribuir por outros locais, abrangendo toda a Rocinha. Além disso, diversas iniciativas pontuais, como espetáculos teatrais, aulas de dança clássica ou de capoeira se desenvolvem paralelamente em diversos espaços.

Nesse sentido, propomos a preservação dos testemunhos que afirmam as identidades da Rocinha, apoiada em diferentes tipos de instrumentos: inventário, tombamentos e normas urbanísticas, visando com isto resgatar a história da ocupação do bairro, registrar a memória coletiva de seus moradores e identificar os remanescentes geradores da atual ocupação. Base para os futuros tombamentos será o inventário dos exemplares arquitetônicos e/ou urbanos, notáveis pela inventividade na sua adaptação ao sítio adverso.

Para promover os valores e a imagem do local de forma eficiente, é importante que os espaços institucionais voltados para as atividades culturais fortaleçam-se como uma rede, realizando uma pauta de ações e um calendário de eventos coordenados, multiplicando as oportunidades culturais e de negócios.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa a ser desenvolvida pela própria comunidade, à procura de seu fortalecimento como produtora de cultura contribuindo para a inclusão social e integração com moradores de outras partes da cidade que poderão conhecer e desfrutar da rede cultural local.

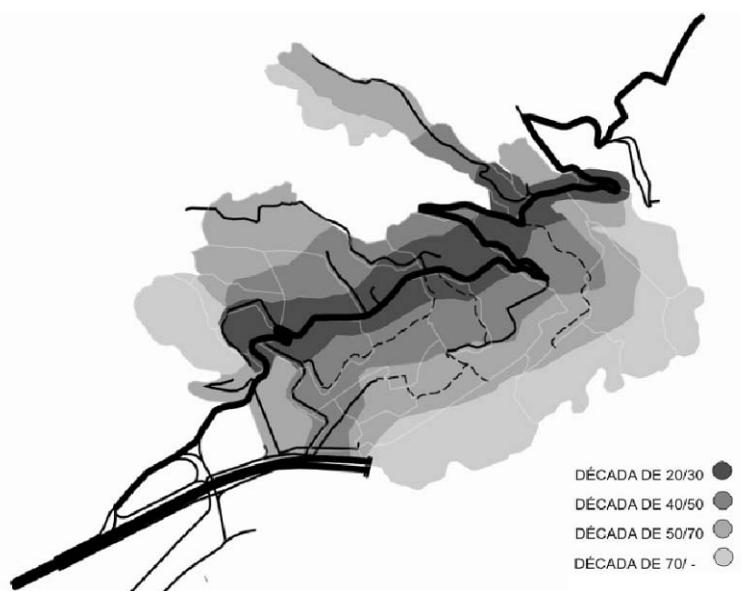
2.3. Aspectos físicos e legais

O padrão morfológico de ocupação do solo de encostas da Rocinha é um traço comum na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, sendo uma solução alternativa para setores da população de baixa renda, não atendidos por financiamento habitacional nem por sistemas eficientes de transporte público necessários às pessoas que moram e trabalham na cidade.

O bairro da Rocinha está localizado numa encosta íngreme com alguns setores ocupando curvas de nível acima da cota de 100 m, que são consideradas como Zonas Especiais 1, desde 1976. Esses setores forma incluídos como Zona Residencial 1, pela legislação urbanística, possibilitando apenas a construção de casas uni-familiares.ⁱⁱⁱ

Ao compararmos os códigos urbanísticos com a situação atual, podemos perceber uma situação de conflito: o valor da terra é alto, devido à proximidade com as oportunidades de emprego e serviços públicos; a elevada densidade habitacional responde a essa situação e também é facilitada pelas condições naturais; há uma demanda crescente por novas unidades de moradia, decorrentes tanto da pressão interna, através do aumento e concentração das famílias locais, como da pressão externa, uma vez que novos moradores migram de outros setores da cidade.(Figura 3).

Figura 3 – Evolução urbana da Rocinha



Em relação aos aspectos legais, acreditamos que a melhor estratégia seria a definição de um Plano de Estruturação Urbana - PEU para o bairro da Rocinha, com critérios específicos a serem definidos em conjunto com a comunidade, a fim de obter-se um consenso real sobre o uso e a ocupação do solo.

Com o objetivo de iniciar essa delicada e necessária discussão, sugerimos uma proposta de zoneamento e um quadro de gabaritos, baseados na viabilidade dos sistemas de circulação e na necessidade de proteção do meio-ambiente, como será descrito mais adiante, observando, entretanto, as características especiais de áreas ocupadas de maneira informal, como é o caso da Rocinha.

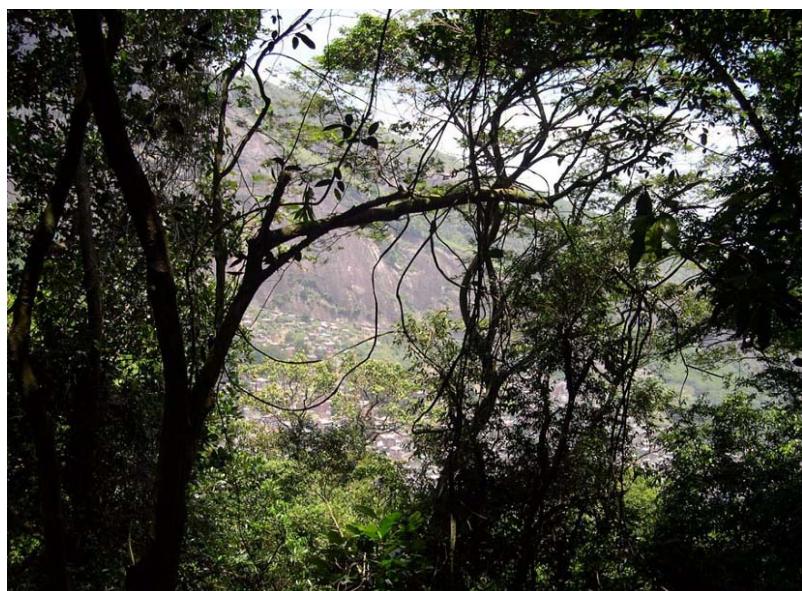
2.4. Aspectos urbanísticos e ambientais

A Rocinha soma-se aos bairros de Andaraí, Tijuca, Três Rios, São Conrado e Gávea, num avanço da ocupação sobre a floresta, que consome e ameaça o Parque Nacional da Tijuca, localizado no maciço montanhoso entre as zonas norte e sul da cidade. A proteção das matas

é fundamental para prevenir desabamentos: atualmente, Vila Cruzado, Vila Laboriaux, Portão Vermelho, Vila União, Dionéia, Cachopa, Cachopinha e Vila Verde constituem as principais frentes de expansão do bairro sobre o Parque Nacional da Tijuca e seus recursos naturais.(Figura 4).

A Rocinha deve conter sua expansão sobre as matas do Parque Nacional da Tijuca. Deve colaborar, ainda, com sua participação, para o controle da expansão dos demais bairros que também avançam sobre seu patrimônio natural, assim como para o estudo de modelos de ocupação que possam responder às novas demandas habitacionais, por um lado, e à proteção do meio-ambiente, por outro.

Figura 4 – Avanço da ocupação sobre a mata



A Lei nº 3.693, que instituiu, em 2003, a Área de Relevante Interesse Ecológico ARIE de São Conrado é um dos instrumentos de controle do uso do solo criado para conter essa expansão normalmente discreta, paulatina e difusa, trazendo para as agências governamentais de controle enormes dificuldades de atuação, o que só pode ser superado com a participação da sociedade. Paralelamente deverão ser implementadas as ações relacionadas com os projetos de drenagem das águas pluviais, esgotamento sanitário e coleta de lixo, a serem propostas pelo Plano Diretor. As soluções para serem criados obstáculos à expansão urbana do bairro deverão privilegiar usos públicos para suas fronteiras, incluindo a construção de parques, escolas e vias, voltados para a ampliação do controle social sobre o território.

Em relação ao ambiente urbano, a Rocinha apresenta características típicas de centros habitacionais com alta densidade de população e edificação. Poluição sonora e do ar nas vias

de circulação, alto grau de impermeabilização do solo, aquecimento atmosférico pela reflexão dos raios solares, escassez de espaços livres não são especificidades do bairro da Rocinha, porém nele alcançam níveis extremos.

Destacamos a ausência de áreas verdes, dificultando a penetração de luz e ventilação natural, o mau estado e a saturação da infra-estrutura de saneamento, considerados pela população como os maiores problemas a serem enfrentados.

Visitando e acompanhando seus moradores nos vários setores do bairro, não foi difícil constatar o colapso físico-espacial que a Rocinha sofre. Relatórios de saúde registram uma alta incidência de doenças do aparelho respiratório, como tuberculose e alergias, e de doenças da pele, espelhando e denunciando a gravidade dos problemas ambientais que atingem essa população.

Ao considerarmos a complexidade social e ambiental da comunidade, propomos um plano urbanístico descentralizado e flexível, para que seja contínuo e responsável ao diverso e extensivo território local. Nesse sentido, propomos nas áreas mais densas da Rocinha, a implantação de “corredores verdes” sobre os principais talvegues, assim como arborização, sempre que possível, nas ruas e travessas. Essas medidas elevarão a qualidade paisagística do bairro, além de atenuar as condições climáticas e reter as águas das chuvas.

Sugerimos, nesse sentido, uma conquista paulatina de pulmões espaciais de pequeno porte, que devem ser distribuídos pelos vários setores do bairro e localizados, prioritariamente, nos caminhos existentes e nos acessos planejados. A abertura desses espaços livres deve formar uma rede de largos, pequenas praças e áreas de lazer, que ajudarão a reverter o atual quadro de insalubridade dos becos e travessas.

2.5. Sistemas de circulação

Nossa proposta para a estruturação viária na Rocinha busca priorizar a circulação de pedestres e o uso dos transportes públicos. Nesse sentido, propomos soluções que aprimorem o que já foi consolidado pela população, aperfeiçoando os mecanismos de gestão e seu alcance, evitando, ao máximo, soluções que exijam funcionamento e manutenção sofisticados.

Apesar de conscientes das dificuldades impostas pela topografia local, propomos a ampliação da rede viária por meio da criação de novas ligações e recuperação e regularização das vias existentes, possibilitando um sistema integrado de vias estruturais internas para circulação de veículos, com 6 m de largura, e de vias para pedestres, bicicletas, motocicletas e pequenos veículos, com 2 m de largura. (Figura 5)

Figura 5 – Aspectos da circulação local



Em caráter complementar, teríamos um plano inclinado ligando a parte alta, Roupa Suja, às proximidades da parte baixa, Rua do Valão e um sistema de escadarias/rampas que permitirão a interligação de vias integrantes da rede, aumentando a acessibilidade aos moradores, incluindo os portadores de deficiências de locomoção.

A importância dessas ligações transcende os aspectos referentes à circulação de veículos e pedestres, uma vez que também irão facilitar a implantação das redes de infra-estrutura necessárias à complementação dos sistemas de drenagem pluvial, esgotos sanitários e abastecimento de água, assim como a coleta domiciliar de lixo.

Algumas ligações viárias propostas terão como objetivo marcar com clareza os limites de expansão horizontal do bairro. Em tais casos, as ruas só poderão ser ocupadas pela população de um dos lados, ficando o lado oposto restrito a áreas públicas, como parques, pontos de coleta seletiva de lixo, estacionamento de veículos e postos policiais. A médio prazo, essas novas conexões poderão se integrar aos sistemas existentes de transporte público, como linhas de ônibus e vans, assim como àqueles em planejamento, como a linha de metrô que servirá a São Conrado.

Quanto à demanda por estacionamento, propomos o levantamento da demanda real por vagas, assim como a quantificação dos espaços livres existentes e a serem criados com as obras de urbanização, passíveis de serem aproveitadas como estacionamento.

Foi ainda proposta a construção de garagem com capacidade para 400 vagas, próxima ao Ciep Ayrton Senna e à Escola de Samba, junto a São Conrado.

2.6. A questão habitacional

A estratégia proposta para enfrentar os problemas e demandas de moradia foram definidas através de levantamentos locais e deverão ser aprofundados com a realização de um diagnóstico do setor, acompanhado da avaliação sócio-econômica da comunidade.

Com base nas informações disponíveis, foram estabelecidos os critérios básicos de um plano setorial que deverá focar:

- a definição, em conjunto com a comunidade, de um padrão mínimo que possa ser considerado como moradia digna, permitindo identificar as habitações em situação de precariedade física que impliquem sua reconstrução/ampliação ou produção uma nova unidade;
- a necessidade de terra (solo criado) e de área a ser construída para a relocação das famílias que tenham necessidade de uma nova unidade habitacional, considerando-se as possibilidades de verticalização com a utilização de lajes pré-fabricadas;
- a identificação das unidades habitacionais que, embora apresentem precariedade, possam ser melhoradas sem a necessidade de construir outras;
- a identificação das situações de precariedade física que possam ser resolvidas por meio de processos de reconstrução das unidades utilizando o reajuste de terra, procedimento através do qual se reorganiza espacialmente um quarteirão ou uma área com várias unidades, redistribuindo-se a área acrescida proporcionalmente à parcela que cada família possuía antes da intervenção;
- a identificação das famílias conviventes e das que moram de aluguel que possam ser consideradas como demanda habitacional, ou seja, com alguma capacidade socio-econômica de arcar com os custos mínimos da moradia e, no caso das famílias conviventes, que não apresentem situação de dependência em relação à família principal;
- a definição de prioridades para o atendimento habitacional, tendo em vista a capacidade de atendimento das Edificações de Permanência Provisória (Projeto Semente), as necessidades do projeto de urbanização e o grau de precariedade física e social das moradias;
- a quantificação do custo global das intervenções, identificando-se as famílias com alguma capacidade de pagamento e o grau de subsídio necessário.

A partir da definição das estratégias de intervenção, o Plano deve estabelecer um cronograma de atendimento, considerando-se as prioridades estabelecidas, os custos incidentes e as possibilidades de captação de recursos para o financiamento das intervenções.

O processo de Regularização Fundiária deverá ser desenvolvido de forma integrada ao Plano Diretor Urbanístico e ao Plano Habitacional de forma a que não sejam regularizadas moradias sujeitas à relocação, em função de sua localização ou precariedade física.

Como possibilidades para o financiamento do Plano Habitacional, sugerem-se:

- utilização de recursos do Fundo Nacional de Moradia e de fundos estaduais e municipais que venham a ser criados para cobrir as necessidades de subsídio integral, para as famílias de baixíssima renda, e parcial, para as famílias com alguma capacidade de pagamento;
- utilização do Programa PSH (MCidades/Caixa) para financiamento das novas unidades habitacionais a serem construídas;
- utilização do programa de financiamento de material de construção da Caixa Econômica Federal, para a realização de melhorias habitacionais e para a construção de unidades novas, destinadas às famílias com capacidade de pagamento;
- programas de intercâmbio com associações profissionais, universidades e organizações não governamentais poderão ser promovidos para dar assistência técnica à população local, incluindo elaboração de projetos e construção.

Figura 6 – O processo de verticalização na Rocinha



3. Aspectos metodológicos e propositivos

3.1. Planejando com a população

A intensiva participação da comunidade da Rocinha na produção de seus espaços públicos e privados ajudou a construir, nos últimos oitenta anos, sua forte identidade cultural. Sinergia, espírito solidário, esforço e criatividade capacitaram os seus moradores a identificar, expor e enfrentar os difíceis problemas que os circundam.

As idéias apresentadas neste trabalho foram elaboradas a partir de encontros, reuniões, discussões iniciais, quando a comunidade mostrou suas crenças e demandas. Atuando como promotores do processo participativo, assumimos o papel de estabelecer um método de discussões, incluindo os aspectos técnicos do Plano. Para a comunidade local, as tarefas foram as de apontar direções, selecionar assuntos e temas e definir prioridades. (Figura 7)

Figura 7 – Reunião com crianças nas escolas para discutir os problemas locais



Quando começamos a estudar a comunidade, concluímos que este não seria apenas um projeto de melhorias físicas, mas, principalmente, um trabalho de planejamento, processual e participativo, que iria requerer um caráter mais integrador, como o de um Plano Diretor.

A metodologia selecionada para o Plano Diretor da Rocinha foi baseada nos princípios do Estatuto da Cidade, lei federal aprovada em 2001 para promover a participação da sociedade em todos os assuntos relativos ao planejamento das cidades e municípios brasileiros. Experiências anteriores em outros municípios e regiões do país nos ajudaram a aprofundar essa visão e aperfeiçoar a metodologia envolvida na construção social de instrumentos que reúnem não apenas aspectos técnicos, mas, principalmente, códigos de um pacto coletivo em torno da relação sociedade x território. (MAGALHÃES et al, 2005)

Acreditamos que a melhor forma de garantir a eficiência desse esforço será contar com a energia e a capacidade criativa da comunidade durante e após o processo de elaboração do Plano, quando esta será de extrema importância.

O perfil interdisciplinar das pessoas que atuarão na Rocinha será complementado por membros comunitários com um profundo conhecimento da realidade local e também com grande capacidade de liderança e articulação social.

Durante a elaboração do Plano, esperamos aumentar substancialmente a participação dos moradores locais de forma a que, no final do processo, uma equipe local seja qualificada para dar prosseguimento e ajudar na implementação do Plano.

3.2. Gestão, agenda e faseamento das intervenções

Objetivando organizar a elaboração do Plano e o processo de discussão interna, os vinte e cinco setores nos quais o bairro é dividido serão redistribuídos em oito Áreas de Intervenção. Em cada um, uma Comissão de Planejamento será formada por representantes de moradores, comerciantes, lideranças locais, instituições sociais e comunitárias, representantes do governo estadual e municipal, técnicos de órgãos públicos e membros de organizações não-governamentais. (Figuras 8 e 9)

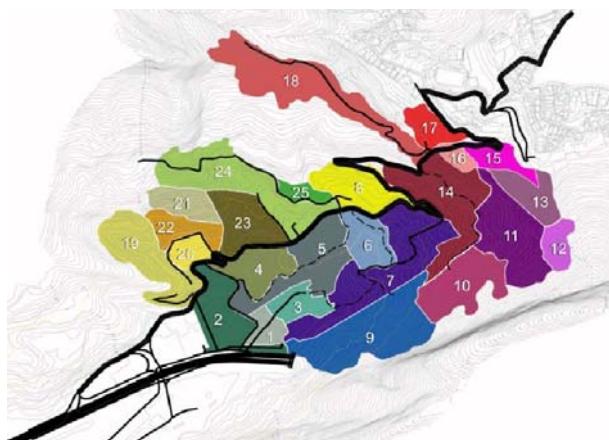


Figura 8 – Os setores existentes na Rocinha

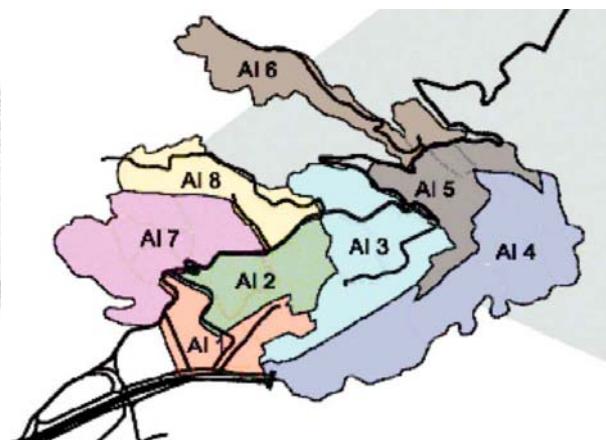


Figura 9 – As Áreas de Intervenção propostas

As oito comissões serão reunidas em um Fórum, que deverá se constituir no nível superior de decisão, para discutir e aprovar as propostas e projetos desenvolvidos pelas Comissões, com o suporte técnico do Plano Diretor. Representantes da administração, procuradores e outras associações comunitárias de bairros vizinhos deverão também participar do Fórum.

Uma agenda de reuniões será proposta para que cada fase do trabalho seja apresentada e discutida com a comunidade, a partir da coordenação da equipe, que se encarregará de montar a pauta e convocação das reuniões, preparar pesquisas, levantamentos, relatórios e projetos, se forma a viabilizar à comunidade a Leitura Técnica da comunidade.

Através de oficinas e encontros, a Leitura Técnica será intensivamente debatida com a comunidade de forma a gerar a Leitura Participativa, que deverá apresentar os assuntos contraditórios a serem enfrentados pelo Plano.^{iv}

As Leituras Técnica e Participativa serão articuladas durante todo o processo de elaboração do Plano, que deverá incluir as idéias apresentadas por todas as Comissões de Planejamento descritas acima.

Prevemos que depois de seis meses, a primeira fase do Plano será finalizada e deverá ser iniciada a segunda fase, relativa às diretrizes de projeto. Planos setoriais e propostas detalhadas serão desenvolvidas para uma das Áreas de Intervenção, definidas pelo Fórum.

No seu escopo geral, o Plano Diretor da Rocinha será dividido nas seguintes fases:

- Leitura Técnica e Participativa
- Estabelecimento de diretrizes gerais e específicas
- Desenvolvimento de planos setoriais e propostas de intervenção
- Definição de prioridades e avaliação de custos
- Modelagem da legislação de uso e ocupação do solo
- Estabelecimento de ferramentas de gestão para implementação, avaliação e atualização

4. A estratégia do estudo de caso

A adoção de uma “Área exemplar” permitiu à equipe demonstrar sua metodologia de planejamento, baseada na participação da comunidade na elaboração do Plano Diretor, como descrito acima. A Área Exemplar foi escolhida por apresentar características topográficas, socioeconômicas e edilícias típicas da Rocinha, não obstante a existência de setores extremamente diferenciados como são, por exemplo, o bairro Barcelos, o Laboriaux e a Vila Verde, dentre outros.

Localizada à meia encosta, a área tem como limites a Estrada da Gávea e a Rua 4, incorporando o setor da Cidade Alta e parte do setor da Rua 4. Com aproximadamente 5,6 hectares, a área comporta atualmente cerca de 940 edificações, de um a oito pavimentos, e sua população foi estimada em 16.000 habitantes.

A seguir foram reunidas as propostas definidas para a Área Exemplar, a título de demonstração da metodologia, devendo ser aprofundadas e discutidas com a comunidade, a partir do início da elaboração do Plano Diretor, tendo caráter ilustrativo e didático para facilitar a mobilização em torno dos assuntos complexos que o Plano irá enfrentar. (Figuras 10 a 15)



Figura 10-Área Exemplar e o conjunto da Rocinha



Figura 11-Levantamento de equipamentos



Figura 12 - Gabaritos de construção

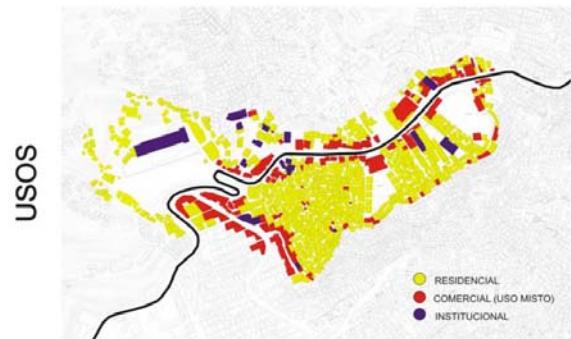


Figura 13 – Uso efetivo do solo



Figura 14 – Corredores verdes e esquema de circulação



Figura 15 – Propostas urbanísticas

5. Conclusões

O objetivo de apresentarmos esse trabalho foi o de suscitar uma discussão a respeito das intervenções em recortes físicos e sociais do porte e significância do bairro da Rocinha, que prescindem de uma abordagem à semelhança da elaboração de planos diretores participativos, no formato proposto pelo Estatuto da Cidade.

Intervenções pontuais de requalificação urbanística e habitacional favorecem as comunidades, mas não possibilitam que haja um real enfrentamento das questões complexas em torno da ocupação do solo, das condições de saneamento, da proteção ao meio-ambiente, do controle do crescimento, da valorização da terra, dentre outras, que permeiam ocupações com esse perfil e densidade.

As intervenções pontuais são necessárias e gratificantes, no entanto, as estratégias de gestão comunitária, planejamento participativo e construção coletiva dos pactos sociais viabilizam a condição de sustentabilidade de uma comunidade sobre seu território.

Em termos demográficos, Rocinha tem o tamanho de uma cidade média brasileira. De um lado, apresenta, em num cenário único, todos os problemas encontrados nas ocupações de alta densidade e renda baixa, tais como doenças endêmicas de saúde pública, fluxos migratórios erráticos e constantes, demandas habitacionais crescentes, deficiências nos sistemas de infraestrutura, padrões diversos e instáveis de renda, condições precárias no meio-ambiente natural. De outro, demonstra possuir todas as características observadas no perfil sócio-cultural brasileiro: diversidade cultural, miscigenação racial, capacidade criativa e empresarial e, principalmente, imersão social.

Através do estudo da área exemplar, pudemos ter uma amostragem desses dois lados que caracterizam essa comunidade, nos assegurando sobre os caminhos a percorrer no entendimento da comunidade, na ampliação da pesquisa e na aplicação do método: se a Rocinha é um bom lugar para viver, segundo seus moradores, com certeza é um excelente lugar para criativamente unir a capacidade técnica do planejamento ao potencial partipativo da comunidade.

ⁱ Para informações sobre o desenvolvimento de Planos Diretores, ver BRASIL, 2001; BRASIL, 2004; GRONSTEIN e MEYER, 2004, e VILLAÇA, 2005.

ⁱⁱ Pesquisa intitulada “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida”, feita por IPP/ IUPERJ/ IPEA” , em 2004.

ⁱⁱⁱ Para informações sobre a legislação urbanística consultar o site www.pcrj.rj.gov.br .

^{iv} Para informações sobre a metodologia adotada consultar BRASIL, 2004.

Referências bibliográficas :

- BRASIL. Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- _____. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.
- GROSTEIN, Marta Dora e MEYER, Regina M. Prosperi. “Os planos diretores e a habitação social nas áreas centrais” in Revista URBS. São Paulo: Associação Viva o Centro, ano V, nº 25, março/abril de 2002.
- MAGALHÃES, Jonathas, MANETTI, Cláudio, FLOREZ, Ricardo e TÂNGARI, Vera. Diretrizes Urbanas para Planos Diretores Municipais da Região Serrana do Espírito Santo. DIALOG/MT: Rio de Janeiro, 2005.
- PCRJ-IPP/ IUPERJ/ IPEA. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida. Rio de Janeiro. s.n., 2004.
- VILLAÇA, Flávio, As Ilusões do plano diretor. São Paulo, texto distribuído pela internet, 2005.